



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro. Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

INTERSECCIONALIZAR PARA COMPREENDER: AS CONTRIBUIÇÕES DA INTERSECCIONALIDADE PARA DESVELAR MÚLTIPLAS FORMAS DE OPRESSÃO

Eixo Temático 21 – Interseccionalidades na América Latina: raça, classe, identidade de gênero, sexualidades entre memórias e trajetórias.

Guilherme Moraes da Costa ¹

RESUMO

A proposta deste texto é realizar uma reflexão crítica sobre a teoria da interseccionalidade enquanto ferramenta analítica utilizada para compreender como os marcadores sociais da diferença se interconectam e produzem experiências únicas de opressão e marginalização. A interseccionalidade surge como resposta à incapacidade dos movimentos sociais tradicionais – como o feminismo hegemônico e o movimento negro – de abordar as especificidades das mulheres negras, que enfrentam opressões simultâneas de gênero, raça e classe.

A partir de uma revisão bibliográfica, o estudo explora como a interseccionalidade desafia análises simplistas e focais, propondo uma abordagem que considera a interdependência das identidades e a conjuntura histórica e social. Utilizando a metáfora das ruas que se cruzam em uma avenida, Crenshaw ilustra como múltiplas formas de discriminação se sobrepõem e intensificam as desigualdades, criando um "vórtice de desvantagens" para grupos marginalizados.

O texto também destaca contribuições de autoras como Patricia Hill Collins e bell hooks, que ampliaram o escopo da interseccionalidade ao incorporar análises sobre sexualidade, deficiência e outras categorias de opressão. A interseccionalidade é apresentada como uma teoria social crítica que promove a justiça social ao identificar e enfrentar as complexas dinâmicas de poder que afetam indivíduos e grupos subalternizados.

Por fim, o estudo enfatiza a importância de compreender distintos eixos de opressão de forma relacional, destacando que essas categorias não podem ser analisadas isoladamente, uma vez que seu resultado na vida de grupos marginalizados não é individual por cada eixo de opressão. A interseccionalidade emerge, assim, como uma ferramenta essencial para desvelar as nuances das desigualdades e fomentar estratégias de resistência e transformação social.

¹ Assistente Social na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Doutorando em Serviço Social no PPGSS da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: guilhermemoraesdacosta@gmail.com



PALAVRAS-CHAVE: Interseccionalidade, Teoria Social Crítica, Marcadores sociais da diferença.

INTRODUÇÃO

No âmbito do modo de produção capitalista, estruturado sob os alicerces históricos do racismo, do patriarcado, da heteronormatividade e da luta de classes, as diversas formas de opressão não operam de maneira isolada, tampouco aleatória. Ao contrário, manifestam-se por meio de múltiplas determinações que se articulam de modo relacional e contraditório. A apreensão dessa lógica exige, em primeiro lugar, abandonar abordagens unidimensionais e análises centradas em categorias estanques. É nesse contexto que se insere a teoria da interseccionalidade, concebida não como instrumento descritivo ou moda analítica, mas como ferramenta crítica voltada para o desvelamento das estruturas de dominação que se imbricam na constituição da vida social.

A interseccionalidade emergiu das formulações do feminismo negro estadunidense como uma crítica à invisibilização das experiências das mulheres negras tanto no interior do movimento feminista – que, em grande medida, privilegiava as demandas das mulheres brancas – quanto no movimento negro, cuja centralidade recaía nas vivências dos homens negros. Em ambos os casos, as especificidades das múltiplas opressões enfrentadas por essas mulheres eram relegadas a segundo plano, impossibilitando a compreensão plena de suas experiências. Assim, enquanto o movimento feminista focava na opressão de gênero, o movimento negro centrava-se no combate ao racismo, e o movimento sindical voltava-se à luta de classes, as mulheres negras – oprimidas simultaneamente por gênero, raça e classe – eram sistematicamente excluídas dos marcos analíticos e das pautas políticas de cada um desses campos.

Como afirma hooks (2020, p. 91), uma geração mais jovem de mulheres negras e não brancas, educadas em ambientes predominantemente brancos, encontrava-se em posição de denunciar o racismo presente no interior do movimento feminista hegemônico. Tais mulheres, por não terem ocupado papéis de subordinação frente às mulheres brancas, estavam melhor posicionadas para evidenciar as hierarquias e a



supremacia branca que organizavam as lutas e os discursos feministas, expondo a centralidade da raça como categoria fundante das desigualdades.

Neste texto, pretende-se analisar criticamente a interseccionalidade enquanto teoria social crítica, compreendendo seus fundamentos, contribuições e possibilidades analíticas na interpretação das opressões que incidem sobre sujeitos como os homens negros de sexualidade dissidente. Intenciona-se demonstrar que tais sujeitos são atingidos por um processo de subalternização que não pode ser apreendido por meio de análises segmentadas, mas exige uma abordagem relacional e dialética das opressões.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida é de natureza teórico-conceitual e está ancorada em uma revisão bibliográfica (Rodrigues & Neubert, 2023), cujo recorte privilegia obras que dialogam com a tradição da teoria social crítica e com o método materialista-dialético. A escolha por esse caminho metodológico fundamenta-se na necessidade de apreender as múltiplas mediações que operam na conformação das desigualdades, considerando a historicidade das formas sociais e a totalidade como categoria central de análise.

Foram selecionadas, como principais referências, as obras "Bem mais que ideias" e "Interseções letais", de Patricia Hill Collins (2023), além dos escritos de bell hooks (2020) e da coletânea "Feminismos, interseccionalidades e Serviço Social", organizada por Duarte et al. (2022). Tais autoras foram escolhidas por seu compromisso com a crítica às opressões estruturais e por contribuírem com um arcabouço teórico capaz de problematizar a relação entre gênero, raça, classe e sexualidade em sua complexidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

A interseccionalidade emerge da crítica à tendência de universalização das mulheres negras diante dos sistemas de dominação – como o racismo, o sexismo e o classismo – uma vez que, a depender do gênero, pertencimento racial, classe social e de



outras opressões que ganharam maior visibilidade na cena pública na atualidade, como a discriminação em decorrência da identidade de gênero e da orientação sexual não normativas, assim como de outros marcadores sociais da diferença, entrelaçando-se e configurando formas únicas de discriminação aos sujeitos inseridos nestes contextos.

Patricia Hill Collins (2023) aprofunda essa compreensão ao afirmar que a interseccionalidade não é apenas uma categoria de análise, mas uma teoria social crítica. Em "*Bem mais que ideias*", a autora a apresenta como um projeto de conhecimento resistente que questiona o paradigma dominante, propondo uma leitura relacional dos sistemas de opressão. Em "*Interseções letais*", Collins evidencia como a articulação entre raça, gênero e classe no capitalismo contemporâneo produz efeitos letais sobre sujeitos historicamente subalternizados.

Na mesma direção, bell hooks (2020) critica a pretensa neutralidade dos feminismos brancos, que se recusam a incorporar o debate racial e de classe. Para a autora, é necessário construir um feminismo negro, popular e anticapitalista, capaz de enfrentar as múltiplas dimensões da opressão. A interseccionalidade, nesse quadro, não deve ser compreendida como instrumento identitário, mas como ferramenta para a leitura das relações de poder que estruturam a sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na literatura pesquisada, podemos afirmar que a interseccionalidade constitui-se como uma abordagem teórico-metodológica que busca apreender, de maneira articulada e relacional, os múltiplos e simultâneos sistemas de opressão que incidem sobre determinados sujeitos sociais. Os diversos marcadores sociais da diferença, embora distintos entre si, conformam, quando operando de forma articulada sobre um mesmo corpo, um entrelaçamento de determinações que produz um vórtice de desvantagens estruturais e desigualdades históricas.

Ao operar no sentido de evidenciar a interdependência entre diferentes sistemas de opressão, a interseccionalidade possibilita a apreensão da marginalização como um fenômeno multidimensional, que não pode ser reduzido à mera soma de discriminações isoladas. O racismo, a homofobia, o patriarcado e a exploração capitalista não se



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro, Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

manifestam como esferas autônomas, mas como forças estruturais que, em sua interação, produzem realidades específicas para indivíduos e grupos subalternizados.

Nesse sentido, a interseccionalidade revela não apenas os mecanismos pelos quais essas opressões se reforçam mutuamente, mas também as formas de resistência engendradas a partir dessas interações. Longe de uma perspectiva determinista, essa abordagem possibilita compreender como os sujeitos, ao mesmo tempo em que experienciam desigualdades impostas pela ordem social, constroem estratégias de enfrentamento, subversão e ressignificação, tensionando as normas hegemônicas e criando espaços de agência dentro das contradições do sistema.

O conceito de “interseccionalidade” é, portanto, um conceito metodológico. Ele permite experimentar e diagnosticar as epistemologias da dominação, bem como as estratégias de resistências que delas decorrem – mesmo que nunca defina positivamente uma política de luta e de contestação. Do mesmo modo, dentro de seus limites, a interseccionalidade mostrou-se a particularmente útil para superar uma conceituação “matemática” da dominação, fecunda na teoria feminista contemporânea. [...] Por exemplo, todas as mulheres estão sujeitas ao sexismo, mas algumas delas estão sujeitas ao sexismo e a uma opressão de classe, outras ao sexismo e ao racismo, outras ao sexismo e à lesbofobia, ou mesmo acumulam o conjunto dessas dominações”. (Dorlin, 2021, p. 80 e 81).

A interseccionalidade emerge inicialmente das formulações do feminismo negro estadunidense como crítica à invisibilização das experiências das mulheres negras tanto no interior do movimento feminista – que, em grande medida, privilegiava as demandas das mulheres brancas – quanto no movimento negro, cuja centralidade recaía nas experiências dos homens negros. Em ambos os casos, as especificidades das múltiplas opressões enfrentadas pelas mulheres negras eram relegadas a um segundo plano, impossibilitando a compreensão plena da complexidade das suas vivências. Assim, enquanto o movimento feminista focava na opressão de gênero, o movimento negro centrava-se no combate ao racismo, e o movimento sindical voltava-se à luta de classes, as mulheres negras – oprimidas simultaneamente por gênero, raça e classe – encontravam-se alijadas dos marcos analíticos e das pautas políticas de cada um desses campos.



Nesse contexto, a interseccionalidade adquire centralidade como categoria analítica a partir do trabalho pioneiro da jurista Kimberlé Crenshaw (2002), que propôs o conceito para explicitar como as desvantagens enfrentadas por mulheres negras – particularmente no mercado de trabalho e no acesso a direitos – eram obscurecidas por análises que tratavam o gênero e a raça como categorias estanques. Crenshaw (2002) sustenta que as experiências de sujeitos estigmatizados são frequentemente ocultadas por categorias amplas que não dão conta da complexidade das interações entre os sistemas de dominação. Sua proposta reside, portanto, em demonstrar que as opressões de raça e de gênero estão entrelaçadas e, muitas vezes, não são reconhecidas em sua totalidade pelas abordagens hegemônicas no campo dos direitos humanos.

Em seu texto clássico *“Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”*, publicado no Brasil em 2002, no Volume 10, número 01 da *Revista Estudos Feministas*, Kimberlé Crenshaw demarca os contornos da discriminação interseccional como um fenômeno estrutural, recorrente e invisibilizado pelas categorias analíticas tradicionais. Segundo a autora, a experiência de determinados sujeitos — como mulheres negras, migrantes, ou de grupos étnico-raciais específicos — é frequentemente diluída ou mesmo apagada dentro de categorias amplas como “mulheres” ou “negros”. Como consequência, a vulnerabilidade interseccional que essas pessoas enfrentam permanece desconhecida, exigindo ser reconstruída “do zero”, ou seja, a partir das experiências concretas e situadas desses sujeitos (p. 174).

Crenshaw alerta para o fato de que a discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos nos quais as forças econômicas, culturais e sociais moldam silenciosamente o pano de fundo da subordinação. Essa discriminação é incorporada à estrutura da sociedade, ao tornar-se tão cotidiana e naturalizada que passa a operar como um elemento invisível da vida social. Por conseguinte, apenas os aspectos mais imediatos das opressões são percebidos: se uma mulher negra sofre violência policial, a análise pública pode considerá-la apenas como um ato racista ou, em outra conjuntura, apenas como sexista — quando, na realidade, trata-se de um entrecruzamento entre os dois sistemas, racial e de gênero. Nesses casos, não se trata de opressões paralelas, mas de opressões que se intersectam, interagem e



amplificam-se mutuamente, criando formas específicas e mais profundas de marginalização (p. 176).

Crenshaw também critica as abordagens *subinclusivas* e *superinclusivas* da discriminação. Nas primeiras, as diferenças são invisibilizadas sob categorias genéricas que não conseguem capturar as especificidades dos sujeitos mais vulneráveis. Nas abordagens *superinclusivas*, por outro lado, o problema é identificado como específico de um grupo — por exemplo, das mulheres —, mas sua conexão com outras estruturas de poder é negligenciada, como se esse problema fosse “apenas das mulheres” e não também das dinâmicas raciais, econômicas ou sexuais que o atravessam.

A autora propõe uma metáfora para ilustrar a lógica interseccional: a metáfora do cruzamento de avenidas. Sujeitos interseccionados, como mulheres negras ou indígenas, vivem num cruzamento onde diversos fluxos de opressão — racismo, sexismo, classismo, xenofobia — colidem simultaneamente. O risco de “acidentes” (isto é, de danos sociais, simbólicos e institucionais) aumenta à medida que a intensidade e a simultaneidade desses fluxos se intensificam. A depender da direção do impacto, os danos são não apenas cumulativos, mas qualitativamente distintos. Nesse ponto, a autora oferece uma importante chave de leitura: os efeitos interseccionais não são a mera soma das opressões, mas a sua articulação dinâmica em contextos históricos e estruturais determinados. A partir disso, a interseccionalidade configura-se como uma metodologia dotada de múltiplas formas de realização. Kimberlé Crenshaw (2002) a concebe como expressão das discriminações sobrepostas e simultâneas; Patricia Hill Collins (2019), como entrelaçadas, isto é, realidades que se reproduzem mutuamente. Todas essas formulações, como ressalta Barros (2020), demonstram a riqueza conceitual e o potencial analítico da abordagem interseccional.

Ainda que as contribuições de Crenshaw (2002) sejam incontornáveis, cumpre destacar que a preocupação com a análise das interações entre distintos sistemas de dominação não é inédita. No Brasil, por exemplo, Heleieth Saffioti (2015), ao articular gênero e classe, cunhou a metáfora do nó, indicando que as relações sociais no capitalismo operam emaranhadas em um entrelaçamento estrutural. De modo semelhante, Lélia Gonzalez (2020) elaborou o conceito de “amefricanidade” para evidenciar a inseparabilidade entre gênero, raça e classe na experiência das mulheres



negras. Tais contribuições foram ampliadas por pensadoras como Audre Lorde (2019), bell hooks (2019), Carla Akotirene (2018) e Patricia Hill Collins (2022), que propuseram uma práxis interseccional articulando também a sexualidade como marcador fundamental na análise das opressões.

Conforme apontado por Vigoya e Pinho (2023), a interseccionalidade constitui uma perspectiva teórico-metodológica orientada à análise das relações de poder sobrepostas, ainda que a nomeação da abordagem seja recente. As autoras indicam que o problema das exclusões epistêmicas e da parcialidade das teorias que ignoram a imbricação das opressões já circulava em distintas tradições feministas, inclusive antes da consolidação do termo.

Collins e Bilge (2021), por sua vez, reforçam a importância de se compreender a interseccionalidade como uma ferramenta de análise complexa, que exige rigor crítico e atenção às múltiplas camadas da realidade social. Para essas autoras, seu maior potencial reside na capacidade de promover justiça social por meio da denúncia das estruturas que perpetuam desigualdades. Assim, a interseccionalidade vem sendo mobilizada por diversos grupos historicamente subalternizados pela ordem vigente – como mulheres, populações migrantes e sujeitos LGBTQIA+² – como instrumento de visibilização das dinâmicas de opressão que os atravessam.

Além de descrever essas articulações, é necessário compreender os fundamentos históricos e estruturais que sustentam tais opressões, conforme sugere Collins (2022), para quem a análise interseccional deve conduzir a caminhos que orientem a luta por justiça social. Nesse sentido, interessa-nos identificar como, apesar das adversidades, os sujeitos elaboram estratégias de resistência que podem apontar para horizontes emancipatórios.

Exemplo expressivo da aplicação dessa abordagem pode ser encontrado na obra de Mara Viveros Vigoya (2018), *"As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder em Nossa América"*. A autora colombiana propõe a análise das masculinidades negras por meio da interseccionalidade, articulando gênero, raça, sexualidade, classe e etnia. Sua crítica recai sobre as leituras reducionistas que

² Sigla que corresponde a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e as orientações sexuais e expressões de gênero, representadas pelo símbolo do +.



naturalizam uma única forma de masculinidade, ignorando a pluralidade de experiências e as especificidades que as atravessam. Ao propor uma metodologia que abarque essa diversidade, Vigoya afirma uma posição contra hegemônica e anticolonial, denunciando os efeitos persistentes do colonialismo na constituição das relações sociais, econômicas, culturais e políticas da América Latina.

Nessa mesma direção, McNally (2023) recupera e dialoga com o pensamento de Angela Davis, que em "Mulheres, raça e classe" propõe uma leitura materialista-dialética da interseccionalidade, recusando a simples lógica aditiva. Para Davis, as opressões de gênero, raça e classe não podem ser entendidas como parcelas distintas, mas como formas de dominação profundamente imbricadas com as relações de produção e reprodução social capitalista. Em outras palavras, a opressão das mulheres negras nos Estados Unidos não decorre de fatores isolados, mas de um modo de produção historicamente condicionado que articula exploração econômica e subordinação social de forma inseparável.

Na esteira dessas formulações, Collins (2022) avança no fortalecimento da interseccionalidade ao propor sua articulação com um sistema teórico unitário e dialético, superando os limites das abordagens que tratam os sistemas de opressão como autônomos. Para a autora, é imperativo conceber a totalidade social como um tecido estruturado por múltiplas determinações, sendo o desafio da análise interseccional justamente captar essa complexidade sem incorrer em reducionismos.

Por fim, ainda que a interseccionalidade venha sendo apropriada de maneira crescente nas ciências sociais e humanas, é fundamental reconhecer o risco de sua trivialização. Collins (2022) alerta para as críticas que a consideram uma ferramenta técnica aplicável de maneira mecânica, como se bastasse combiná-la a determinado objeto para produzir resultados analíticos robustos. Contra essa tendência, as autoras reafirmam que a interseccionalidade encontra-se em constante processo de construção e requer, por parte do pesquisador, sensibilidade teórica, rigor metodológico e compromisso político com a transformação social. Nesse sentido, a presente pesquisa propõe-se a assumir criticamente a interseccionalidade como uma abordagem complexa e processual, buscando evitar tanto a justaposição simplista de opressões quanto o esvaziamento de seu potencial transformador.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, procurou-se demonstrar que a interseccionalidade constitui-se como uma teoria social crítica indispensável à compreensão das formas contemporâneas de dominação. Ao evidenciar a articulação entre múltiplos marcadores sociais da diferença — como gênero, raça, classe e sexualidade —, essa abordagem oferece um instrumental teórico-metodológico capaz de desvelar as estruturas que produzem desigualdades complexas, historicamente situadas e politicamente mantidas. O exame das contribuições de autoras como Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, bell hooks, entre outras, permitiu compreender que os processos de subalternização não se dão de maneira linear ou aditiva, mas por meio de entrecruzamentos estruturais que se atualizam de forma dinâmica no interior da sociabilidade capitalista. Nesse sentido, a interseccionalidade não apenas amplia o horizonte da crítica social, como também contribui para a construção de uma práxis emancipatória, enraizada nas experiências concretas dos sujeitos subalternizados e voltada à transformação radical das condições que sustentam a opressão.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019. 152 p.
- BARROS, Zelinda. Apresentação – O pensamento interseccional em debate: diferenças e desigualdades. In: SILVA, Ana Lúcia Gomes da *et al.* (org.). **Interseccionalidades em pauta**: gênero, raça, sexualidade e classe social. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 13-20.
- COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022. 423 p. Tradução de Bruna Barros e Jess Oliveira.
- COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-44. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo 4).
- COLLINS, Patricia Hill. **Intersecções letais**: raça, gênero e violência. São Paulo: Boitempo, 2024, 318 p. Tradução de Regina Candiani.



COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 24 dez. 2023.

DORLIN, Elsa. **Sexo, gênero e sexualidades** – Introdução à teoria feminista. São Paulo: crocodilo/ Ubu Editora, 160 p. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo.

HOOKS, bell. **erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019. 384 p. Tradução de Cátia Bocaiúva Maringolo.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 13. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020. 176 p. Tradução de Bhuvi Libanio.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *In*: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 235-238.

MCNALLY, David. Intersecções e dialética: reconstruções críticas na teoria da reprodução social. *In*: BATTACHYARA, Tithi. **Teoria da reprodução social: remapeando a classe, recentralizando a opressão**. São Paulo: Elefante, 2023. p. 155-179. Tradução Juliana Penna.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; NEUBERT, Patrícia da Silva. **Introdução à pesquisa bibliográfica** [recurso eletrônico]. Florianópolis: Editora da UFSC, 2023. 137 p. E-book (PDF). Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/978-65-5805-082-7>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

VIGOYA, Mara Viveiros. **As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas em nossa América**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018. 224 p.

VIGOYA, Mara Viveiros; PINHO, Osmundo. Interseccionalidade. *In*: RIOS, Flávia; SANTOS, Marcio André dos; RATTS, Alex (org.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2023. p. 194-200.